

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024**

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
ASCAP Patrimonial S.A.
Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **ASCAP Patrimonial S.A.** (“**Sociedade**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **ASCAP Patrimonial S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de maio de 2025.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	19	21	63.783	41.584	Fornecedores	17	4	92.603	53.023
Contas a receber de clientes	11	-	-	293.443	272.042	Empréstimos e financiamentos	20	-	163.300	3.133
Estoques	12	-	-	176.895	84.808	Arrendamentos a pagar	21	-	12.572	11.660
Ativo biológico		-	-	30.612	-	Salários e encargos sociais a pagar	22	-	35.060	31.520
Impostos a recuperar	13	961	962	129.864	53.681	Impostos e contribuições a recolher	23	-	102.666	79.374
Adiantamentos a fornecedores		-	-	36.938	30.305	Adiantamentos de clientes	18	-	52.496	61.889
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	11.538	-	Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	2.685
Outros créditos		-	-	23.452	6.582	Outras contas a pagar		-	26.202	11.809
		980	983	766.525	489.002		4	-	484.899	255.093
Não circulante						Não circulante				
Aplicações financeiras	10	-	-	4.442	14.813	Partes relacionadas	15	492	492	492
Impostos a recuperar	13	-	-	33.945	52.718	Empréstimos e financiamentos	20	-	22.917	18.547
Partes relacionadas	15	7.124	8.475	25.759	39.297	Impostos e contribuições a recolher	23	-	134.669	126.324
Depósitos judiciais	23.a	-	-	71.350	65.674	Arrendamentos a pagar	21	-	5.290	14.570
Investimentos	16	493.054	438.346	4.994	7.427	Outras contas a pagar		-	9.648	479
Impostos fiscais diferidos	19.b	-	-	41.216	28.660		492	492	173.016	160.412
Outros créditos		-	-	6.792	6.792					
		500.178	446.821	188.498	215.381	Patrimônio líquido	25			
Imobilizado	14	19	19	183.043	128.101	Capital social		8.550	8.550	8.550
Intangível	14	-	-	2.574	2.691	Reserva legal		1.710	1.710	1.710
Direito de uso dos ativos	21	-	-	17.955	27.661	Reserva de lucros		490.421	437.071	490.421
		19	19	203.572	158.453			500.681	447.331	500.681
Total do ativo		501.177	447.823	1.158.595	862.836	Participação dos não controladores			(1)	-
									500.680	447.331
						Total do passivo e patrimônio líquido		501.177	447.823	1.158.595
										862.836

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	26	-	-	3.820.981	3.131.489
Custo dos produtos vendidos	27	-	-	(3.312.736)	(2.908.868)
Lucro bruto		-	-	508.245	222.621
Despesas gerais e administrativas	27	(15)	(17)	(254.367)	(111.372)
Equivalência Patrimonial	16	55.288	58.224	-	-
Despesas com vendas	27	-	-	(240.206)	(246.409)
Outras despesas		-	(2)	(1.436)	(215)
Outras receitas	28	-	-	72.459	135.122
Total de despesas adm., gerais e vendas		55.273	58.205	(423.550)	(222.874)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		55.273	58.205	84.695	(253)
Resultado financeiro líquido	29	(3)	(5)	(38.992)	31.503
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		55.270	58.200	45.703	31.250
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	19 (a)	-	-	(1.580)	(1.442)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	19 (b)	-	-	11.148	28.392
Lucro líquido do exercício		55.270	58.200	55.271	58.200
Participação de acionistas não controladores				(1)	-
Lucro atribuível a:					
Proprietários da controladora		55.270	58.200	55.270	58.200

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	<u>55.270</u>	58.200	<u>55.271</u>	58.200
Resultado abrangente do exercício	<u>55.270</u>	58.200	<u>55.271</u>	58.200

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.550	1.710	378.873	389.133	-	389.133
Lucro líquido do exercício	-	-	58.198	58.198	-	58.198
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.550	1.710	437.071	447.331	-	447.331
Ajustes imateriais de exercícios anteriores	-	-	(1.921)	(1.921)	-	(1.921)
Lucro líquido do exercício	-	-	55.271	55.271	(1)	55.270
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.550	1.710	490.421	500.681	(1)	500.680

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	55.270	58.200	55.270	58.200
Depreciação e amortização	-	-	31.824	24.595
Equivalência patrimonial	(55.288)	(58.224)	-	223
Baixa do valor residual de ativos imobilizados	-	-	555	-
Receitas financeiras sem efeito caixa	-	-	-	1.349
Variação Cambial sobre empréstimos	-	-	18.605	(39.429)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(8.853)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	6.298	1.202
Alienação líquida de novos contratos arrendamentos/direito de uso	-	-	3.085	100
Depreciação do direito de uso arrendamento	-	-	11.896	11.008
Adição líquida de novos contratos arrendamentos/direito de uso	-	-	(5.275)	(507)
Variação líquida do direito de uso/arrendamento a pagar	-	-	10.443	1.252
Impostos fiscais diferidos	-	-	(11.148)	2.685
	(18)	(24)	112.700	60.678
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(21.401)	5.915
Estoques	-	-	(92.087)	12.302
Impostos a recuperar	1	-	(57.410)	(39.752)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(6.633)	(155)
Outros créditos	-	-	(16.870)	320
Depósitos judiciais	-	-	(5.676)	250
Fornecedores	4	-	39.580	(49.738)
Salários e encargos sociais a pagar	-	-	3.540	2.804
Impostos e contribuições a recolher	-	(1)	31.637	(12.982)
Outras contas a pagar	-	-	23.562	2.765
Juros pagos	-	-	(5.795)	(943)
Adiantamentos de clientes	-	-	(9.393)	8.319
Caixa oriundo das atividades operacionais	(13)	(25)	(4.246)	(10.217)
Atividades de investimento				
Aquisição/alienação de imobilizado/intangível, líquido	-	-	(87.321)	(54.340)
Aplicação financeira do não circulante	-	-	10.371	25.187
Ativo biológico	-	-	(30.612)	-
Investimentos	(1.340)	28	(1.663)	(25.458)
Caixa oriundo das atividades de investimento	(1.340)	28	(109.225)	(54.611)
Atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	-	-	353.210	66.872
Arrendamentos pagos	-	-	(2.075)	(12.267)
Empréstimos liquidados - principal	-	-	(207.781)	(70.240)
Partes relacionadas	1.351	-	(7.684)	-
Caixa oriundo das atividades de financiamento	1.351	-	135.670	(15.635)
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2)	3	22.199	(80.463)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21	18	41.584	122.047
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19	21	63.783	41.584
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2)	3	22.199	(80.463)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A ASCAP Patrimonial S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sua sede localizada na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul.

A Sociedade tem como objeto social a exploração, participação em outras sociedades como acionista ou quotista, inclusive como controladora.

A ASCAP Patrimonial S.A. e suas controladas Naturafrig Alimentos Ltda. e Naturafrig Agropecuária Ltda. serão referidos como “Sociedade” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

2. Relação de sociedades controladas diretas e indiretas

(a) Naturafrig Alimentos Ltda. (Direta)

A Naturafrig Alimentos Ltda é uma sociedade limitada, com sua sede localizada na cidade de Rochedo, estado do Mato Grosso do Sul.

A Sociedade possui 04 (quatro) filiais localizadas nas Cidades de Nova Andradina estado do Mato Grosso do Sul, Pirapozinho Estado de São Paulo, Barra do Bugres estado do Mato Grosso e Martinópolis estado de São Paulo.

A sociedade e suas filiais têm como objeto social:

- (a) Comércio atacadista de carnes e subprodutos de carnes de origem bovina, suína, ovina, caprina e de aves;
- (b) Importação e exportação de carnes e subprodutos de carne de origem bovina, suína, ovina, caprina e de aves;
- (c) Comércio atacadista de produtos de laticínios;
- (d) Abate e frigorificação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves e equídeos em estabelecimento próprio ou de terceiros;
- (e) Industrialização de carnes bovinas, suínas, ovinas, caprinas, aves, equídeos e seus derivados, subprodutos inclusive farinha de sebo em estabelecimento próprio ou de terceiros;
- (f) Industrialização, beneficiamento, comercialização, representação, importação e exportação de couros, peles em estabelecimento próprio ou de terceiros;
- (g) Serviços de abate por conta de terceiros;
- (h) Transporte rodoviário de cargas em geral municipal, intermunicipal e interestadual;
- (i) Armazenagem/expedição de couro;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

(b) Naturafriq Agropecuária Ltda. (Indireta)

A Naturafriq Agropecuária tem como objeto social principal a criação de bovinos para corte; e como atividades secundárias, o cultivo de milho; cultivo de cereais; e cultivo de forrageiras para animais de corte.

As demonstrações contábeis da ASCAP (controladora) ao consolidar com as demonstrações contábeis da Naturafriq (controlada) e Naturafriq Agropecuária (controlada indireta), devido os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial serem eliminadas contra o investimento na proporção da participação da Sociedade na controlada (100%), não há efeitos significativos no balanço patrimonial da ASCAP Patrimonial que são refletidos na consolidação das demonstrações contábeis.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3. Base de preparação das demonstrações contábeis

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Sociedade autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis em 16 de maio de 2025. Após sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e julgamentos.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(e) Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A revisão da vida útil dos ativos é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(f) Provisão para contingências

As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. Devido ao grau de incerteza com relação ao desfecho dessas ações em curso, os valores estimados podem divergir dos valores realizados no final das ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

(g) Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo.

A Sociedade analisa seus contratos de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Administração da Sociedade considera para mensuração do passivo de arrendamento somente o valor dos pagamentos mínimos fixos de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente considerando a taxas incrementais, sendo: 18% para os aluguéis prediais e 8,37% para o aluguel da aeronave.

O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

Nos casos em que os pagamentos são indexados a taxas futuras pós-fixadas, os pagamentos futuros mínimos são estimados utilizando-se a cotação das respectivas taxas na data base da adoção inicial do CPC 06 (R2), e ajustados ao preço corrente no momento do pagamento.

As premissas significativas para reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 21.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas categorias específicas: valor justo por meio dos resultados (VJR residual), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 9), operações a receber e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

ii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A controlada possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

d. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Sociedade e suas controladas correspondem a rebanho de gado bovino para “corte” e, são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O rebanho de gado bovino, o valor justo é determinado com base no preço de mercado de animais com idade, raça e qualidades genéticas similares.

O valor justo do ativo biológico é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das informações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de vendas se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-lo às suas localizações e condições disponíveis para venda.

Provisão para obsolescência, ajuste a valor líquido de realização e itens deteriorados são registrados quando necessário. As perdas ocorridas no curso normal da produção são partes integrantes do custo de produção, as perdas anormais, se houver, são reconhecidas diretamente como despesa do exercício.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade incluiu custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

Anualmente a Sociedade faz a revisão da vida útil dos seus ativos imobilizados atendendo o CPC 27.

As taxas de depreciação estimadas, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Descrição	Taxa anual (%)
Aeronave	5
Máquinas e equipamentos	10
Instalações industriais	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Imóveis e edifícios	20
Equipamentos de informática	20
Software	20

g. Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atender a ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável e tangível;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou término do prazo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, exceto os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício.

i. Software

As licenças de programas de computador (software) e de sistemas de gestão Empresarial adquiridas são registradas pelo custo e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A Administração da Sociedade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade para ativos financeiros.

j. Redução ao valor recuperável

i. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinido ou ativo intangível em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou deixe de existir. Uma perda de valor é revertida caso ocorra uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

ii. Instrumentos Financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) -Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento desses ativos e passivos são registrados quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

A Sociedade classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Reconhecimento pelo custo amortizado

Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como Custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros.

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes

A conta de outros resultados abrangentes compreende os registros das parcelas de ganhos ou perdas advindas de instrumentos de hedge trava de câmbio e termo em dólar (NDF).

Valor Justo por meio do resultado

Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Nota Explicativa nº 31 os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Qualquer ganho ou perda resultante de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultados. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para demonstração de resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Sociedade possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Reconhecimento da receita de vendas

A receita bruta da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47, quando todas as obrigações de desempenho foram atendidas, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

n. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Controladora adota o método de apuração pelo lucro presumido e a Controlada adota o método pelo lucro real.

p. Imposto de Renda e Contribuição Diferido

A Controlada reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Empresa revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Administração.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

r. Aspectos ambientais

As instalações de produção da controlada e suas atividades industriais e agrícolas são sujeitas a regulamentações ambientais. A Sociedade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Sociedade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

s. Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações contábeis levantadas na mesma data-base da Sociedade, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16.

5. Novas normas, alterações e interpretações

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Sociedade. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

- **Alteração da Norma IAS 21 - Falta de conversibilidade:** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2025. A Sociedade e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;
- **Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiro (alterações às IFRS 9 e IFRS 7):** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Está alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1° de janeiro de 2026. A Sociedade e suas controladas está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- **Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7:** Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- **Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade e suas controladas estão avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- **Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações:** esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- **Melhorias anuais nas normas IFRS:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade e suas controladas não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- **Alteração da norma IAS 12 - Imposto de renda:** esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2024 para Espanha, Hungria e Canadá. O Brasil iniciou a adoção das regras de Pilar Dois através da criação de Adicional de CSLL a ser calculado com base no universo das empresas brasileiras (QDMTT) através da publicação da Lei nº 15.079/23 aplicável a partir do ano calendário 2025. Assim, a Sociedade e suas controladas não tem expectativas de exposição significativa a efeitos de Pilar Dois em nenhuma das jurisdições nas quais mantém operação, e conseqüentemente, não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis referente a entrada em vigência desta alteração de norma.”

6. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas decorrentes diretamente das operações da Sociedade:** o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Não foram apresentados por se tratarem de diferenças não relevantes com os valores contábeis;
- **Empréstimos e financiamentos:** estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. A Sociedade deixou de divulgar, devido aos valores não apresentarem divergência relevãnte com os valores contábeis.

7. Gerenciamento de risco financeiro

7.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Sociedade e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Não existem operações concentradas de venda com um único cliente superior a 4,02% em relação ao mercado interno e 6,70% em relação ao mercado externo.

A Administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega a serem oferecidos.

Os clientes aprovados são monitorados em plataformas de proteção ao crédito pelo período de três meses, sendo este o mesmo prazo de validade do cadastro. Caso sejam identificadas restrições relevantes frente ao limite de crédito aprovado, é realizada a suspensão preventiva do fornecimento, até que o restritivo seja cancelado ou tenha seu teor anulado por documentos anuentes a serem analisados pela equipe interna.

A análise da administração inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Não são adotados limites genéricos de acordo com o segmento de mercado do cliente, como praticado por algumas Sociedades. Os valores a serem liberados para faturamento são determinados em consequência de uma série de análises. Além das características gerais do negócio são avaliadas também peculiaridades de cada pessoa jurídica sujeita ao processo de avaliação dentre as quais podem ser destacadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- Segmento de mercado;
- Mercado interno e mercado externo;
- Histórico de inadimplência.

Os fatores acima mencionados, além de outros essencialmente subjetivos (contexto econômico, variáveis regionais, sazonalidade de vendas etc.), servirão como base para a determinação do crédito a ser concedido, bem como a manutenção do risco no decorrer do tempo.

Atrasos constantes, restrições de crédito em nome da Sociedade e suas controladas ou dos respectivos sócios, excesso de devoluções entre outros, poderão incorrer no bloqueio do cadastro, nestes casos o cliente apenas poderá realizar novas compras mediante pagamento antecipado através de depósito em conta corrente.

Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Sociedade e suas controladas somente poderão operar em base de pagamento antecipado. A concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Sociedade não exige garantia para as vendas a prazo.

7.2. Risco de liquidez

A gestão do risco financeiro de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Sociedade e suas controladas sob a perspectiva de caixa.

A gestão da liquidez tem como objetivo específico a manutenção de recursos em volume compatível com os ciclos e sazonalidades do negócio e orienta quanto as classes de ativos e as contrapartes aceitáveis para os investimentos financeiros da Sociedade e suas controladas.

7.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como risco de moeda, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Sociedade e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Dado que a Sociedade e suas controladas tem como moeda funcional o Real, todos os controles e atuação da Diretoria Executiva tem como objetivo principal a preservação do fluxo de caixa na referida moeda, observando a convergência da gestão integrada de todos os demais fatores de risco, ou seja, monitorar de forma sistêmica as exposições da Sociedade.

A Sociedade e suas controladas possuem política específica para suas exposições em derivativos e para a proteção das variações do câmbio, que possam acarretar oscilações no resultado conforme demonstrado abaixo:

Meses	Limite de proteção cambial	
	Mínimo	Máximo
M	100%	100%
M+1	70%	100%
M+2	70%	70%

Risco de moeda

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da Sociedade, em sua grande maioria o Real (R\$), mas também o Dólar Americano (USD).

7.4. Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas trabalham com juros pré-fixado, o que impede a Sociedade de sofrer perdas econômicas devidos alterações na taxa de juros que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas ou alteração na política monetária no mercado interno e externo.

Quanto às aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, o indexador é o CDI para operações no mercado interno. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

7.5. Risco com commodities

No curso normal de suas operações, a Sociedade compra commodities, principalmente bovinos vivos, maior componente individual dos custos de produção.

O preço dos bovinos adquiridos de terceiros está sujeito a condições de mercado e é influenciado por disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado nacional e internacional, dentre outros aspectos.

7.6. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade e suas controladas.

O objetivo da Administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade e suas controladas.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Diretoria Executiva. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Sociedade e suas controladas para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

8. Gestão de capital

A avaliação de risco para gestão de capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Sociedade e suas controladas de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valores aos sócios com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A principal ação sobre essa gestão decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Sociedade e suas controladas faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Sociedade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	9	9	153	96
Saldos bancários	10	12	45.389	13.566
Aplicações financeiras	-	-	18.241	27.922
	19	21	63.783	41.584

Aplicações financeiras:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras em moeda nacional		
Aplicações Financeiras	18.241	27.922
	18.241	27.922

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Sociedade e suas controladas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentadas na Nota Explicativa nº 30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

10. Aplicações financeiras

A Sociedade e suas controladas possuem aplicações financeiras, cujo prazo de resgate excede a 360 dias da data da contratação:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mensurado pelo custo amortizado	4.442	14.813
	4.442	14.813

O valor da remuneração mensal da aplicação financeira é de 102% do CDI (remuneração de 105% do CDI em 2023).

11. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Terceiros no país	122.972	112.539
Terceiros no exterior	170.951	159.541
PECLD	(480)	(38)
	293.443	272.042

As contas a receber de terceiros no exterior são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações contábeis.

A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 90 dias	272.558	249.941
Vencidas:		
Até 30 dias	19.392	20.795
De 31 a 60 dias	138	128
De 61 a 90 dias	46	43
Acima de 90 dias	1.309	1.135
	293.443	272.042

A provisão para Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração diante às eventuais perdas.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. Foi utilizado para cálculo do PECLD o percentual de 0,39 % do faturamento interno.

12. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados (i)	123.504	61.742
Almoxarifado e outros	43.285	19.842
Estoque em processo (iii)	9.212	-
Estoque em Poder de Terceiros (ii)	894	3.224
	176.895	84.808

- (i) Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização;
- (ii) O saldo de estoque em posse de terceiros refere-se à quantidade de couro Wet Blue TR enviada para ser industrializado;
- (iii) Refere-se a produtos que estão em processo de finalização para estar disponíveis para venda;

A provisão para perdas de estoques obsoletos (*slowmoving*) é constituída sobre os itens do estoque sem movimentação para os produtos acabados (perecíveis) acima de 90 dias, carne in natura acima de 180 dias e itens de almoxarifado a mais de 365 dias e sobre os itens em excesso. A administração da Sociedade não identificou impactos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (a)	38.494	5.309
Contribuição para Seguridade Social (COFINS) (b)	32.509	28.871
Programa de Integração Social (PIS) (b)	7.112	6.310
Outros (c)	794	5.875
PERDCOMP (d)	84.900	60.034
	163.809	106.399
Circulante	129.864	53.681
Não Circulante	33.945	52.718

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

(a) ICMS

Advém da obtenção de créditos acumulados de ICMS dos últimos anos, referente a compra de insumos, compra de animais para abate de outros estados e benefícios do crédito outorgado do estado de São Paulo anexo III do artigo 40 do RICMS.

(b) PIS e COFINS

Os créditos de PIS e COFINS são provenientes, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas na produção de produtos exportados ou de produtos cuja venda é tributada a alíquota zero.

(c) Outros

Trata-se do crédito ICMS resultante de decisão administrativa no qual a apropriação do crédito é baixada do pelo contribuinte de sua GIA-ICMS e EFD e lançado pelo Fisco na conta corrente do sistema E-Credac, bem como o saldo negativo de IRPJ, tributos pagos a maior e IRRF a compensar.

(d) PER/DCOMP a apropriar

Os valores registrados nessa conta referem-se a pedidos de ressarcimentos de créditos de PIS e COFINS.

O aumento significativo do saldo de PERDCOMP no ano de 2024 em relação ao ano de 2023, se dá, pois, no ano de 2024, houve a diminuição de débitos com Imposto de Renda e Contribuição Social a serem compensados com os créditos de PIS e COFINS.

ASCAP PATRIMONIAL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

	2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2024
Veículos	8.088	1.293	15	-	(1.848)	7.548
Móveis e Utensílios	1.783	419	-	-	(261)	1.941
Máquinas e Equipamentos Industriais	34.148	16.669	100	(220)	(6.638)	44.059
Edifícios e Benfeitorias	14.718	1.494	(14.792)	-	(1.420)	-
Equipamentos de Informática	1.451	674	-	(15)	(520)	1.590
Instalações	8.223	697	(15)	-	(1.315)	7.590
Terrenos	49	25.306	-	-	-	25.355
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	15.323	6.099	14.856	-	(17.757)	18.521
Sistemas aplicativos (software)	40	-	2.374	-	(330)	2.084
Software em andamento	2.348	26	(2.374)	-	-	-
Marcas e Patentes	302	254	-	-	(67)	489
Aeronave	33.555	-	-	-	(1.784)	31.771
Consórcio	311	213	-	(320)	-	204
Animais de trabalho	-	30	-	-	(1)	29
Imobilizado em Andamento (i)	10.453	34.147	(164)	-	-	44.436
Total	130.792	87.321	-	(555)	(31.941)	185.617

	2022	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2023
Veículos	208	8.757	-	(79)	(798)	8.088
Móveis e Utensílios	1.182	808	-	-	(207)	1.783
Máquinas e Equipamentos Industriais	28.338	10.289	-	-	(4.479)	34.148
Edifícios e Benfeitorias	13.171	5.139	-	-	(3.592)	14.718
Equipamentos de Informática	1.035	806	-	(5)	(385)	1.451
Instalações	7.876	1.486	41	-	(1.180)	8.223
Terrenos	49	-	-	-	-	49
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	12.328	15.140	-	(1)	(12.144)	15.323
Sistemas aplicativos (software)	39	13	-	-	(12)	40
Software em andamento	2.240	108	-	-	-	2.348
Marcas e Patentes	202	165	-	(15)	(50)	302
Aeronave	34.278	1.025	-	-	(1.748)	33.555
Consórcio	101	210	-	-	-	311
Imob em Andamento	-	10.494	(41)	-	-	10.453
Total	101.047	54.440	-	(100)	(24.595)	130.792

- (i) As adições de imobilizado em andamento referem-se a investimentos na infraestrutura industrial da Sociedade, que irão aumentar a capacidade de produção, promover a modernização das instalações e melhorar a eficiência operacional.

15. Parte Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Naturafrig Agropecuária Ltda (i)	-	-	-	14.826
Naturafrig Alimentos (ii)	7.124	8.475	-	-
Navi Carnes (ii)	-	-	5.434	-
4.933				
Fabio Capuci (ii)	-	-	4.235	4.085
Atrial Imobiliária (ii)	-	-	3.700	3.553
Caltan Imobiliária (ii)	-	-	12.390	11.900
	<u>7.124</u>	<u>8.475</u>	<u>25.759</u>	<u>39.297</u>
Passivo				
Valores Participações	492	492	492	492
	<u>492</u>	<u>492</u>	<u>492</u>	<u>492</u>

- (i) O valor se refere a mútuo com sua controlada para compra de animais. A controlada, no exercício de 2024, vem aumentando o volume de compra de animais com objetivo principal de fornecer matéria-prima para Naturafrig;
- (ii) Os saldos se referem a mútuo com partes relacionadas da Naturafrig, os valores são corrigidos por juros remuneratórios e estão firmados em contrato.

a) Operações com pessoal-chave

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave no montante de R\$ 1.686 durante o ano de 2024 (R\$ 1.297 em 2023).

16. Investimento em controlada

A composição dos investimentos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Naturafrig Alimentos Ltda	489.579	436.211	-	-
Outros investimentos à custo	3.475	2.135	4.994	7.427
	<u>493.054</u>	<u>438.346</u>	<u>4.994</u>	<u>7.427</u>

A movimentação do investimento é como segue:

Participação (%)	100%
Em 31 de dezembro de 2022	377.988
Equivalência patrimonial	58.224
Em 31 de dezembro de 2023	<u>436.212</u>
Equivalência patrimonial	55.288
Ajustes de investimentos de períodos anteriores	(1.921)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>489.579</u>

17. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Nacionais		
Fornecedores de matéria-prima (i)	64.490	36.928
Materiais e serviços	28.113	16.095
Total	92.603	53.023

- (i) A redução da compra de matéria-prima, materiais e serviços em 2024, comparado a 2023 foi influenciada pela retração no consumo do mercado chinês.

18. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	27	-
Mercado externo	52.469	61.889
	52.496	61.889

A Sociedade e suas controladas mantém política de recebimento antecipado das vendas junto a seus clientes a fim de garantir a produção e fornecimento futuro dessas mercadorias. Para os clientes mercado interno são basicamente para fornecimento de subprodutos resultantes do abate e no mercado externo carne bovina desossadas e congeladas.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

a) Conciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	45.703	31.250
Alíquota nominal (%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(15.539)	(10.633)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Adições permanentes	80.464	41.429
Exclusões permanentes	(183.807)	(98.144)
Compensação 30% Prejuízo Fiscal	(2.035)	(1.855)
Base de cálculo	(59.675)	(27.296)
Impostos correntes	(1.580)	1.442
Impostos diferidos	11.148	28.392
Alíquota efetiva de impostos (%)	-3,46%	4,61%

As declarações de Imposto de Renda estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir da data da sua entrega. A Sociedade pode estar sujeita à cobrança adicional de tributos, multas e juros em decorrência dessas revisões.

b) Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Ativo	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos Fiscais de IRPJ (i)	29.857	20.714
Base de Cálculo Negativa de CSLL (i)	10.749	7.458
Diferenças Temporárias	610	488
Total do Ativo	41.216	28.660
Efeito no Resultado	11.148	28.392

(i) Os créditos de impostos diferidos ativos relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social são contabilmente reconhecidos com base na expectativa de disponibilidade de lucro tributável futuro no momento efetivo do pagamento e /ou realização das adições e exclusões decorrentes de diferenças temporárias. Nesse ponto, esses créditos se tornarão dedutíveis e tributáveis durante o processo de apuração do lucro tributável.

20. Empréstimos e financiamentos

	<u>Encargos e taxas de juros</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Leasing Financeiro	Varição US\$ + média 6,45% a.a.	25.236	21.680
ACC	Média 6,45% a.a. a 7,15% a.a.	156.261	-
Outros	Média 0,40% a.m	4.720	-
Subtotal		186.217	21.680
Total		186.217	21.680
Circulante		163.300	3.133
Não Circulante		22.917	18.547

Em 2024, a Sociedade optou por não efetuar novas contratações de empréstimos, mantendo o Leasing Financeiro que é respaldado pela garantia do bem.

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	4.005
2025	160.981	4.005
2026	4.005	4.005
Superior a 2028	21.231	9.665

21. Arrendamentos a pagar e direito de uso dos ativos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Sociedade, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2), a Sociedade reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

(a) Direito de uso dos ativos

Movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	27.661	27.195
Adição novos contratos	5.275	15.695
Baixa	(3.085)	(4.221)
Depreciação	(11.896)	(11.008)
Saldos finais	17.955	27.661

(b) Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo de arrendamento, durante exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	26.412	34.069
Pagamento de principal e juros	(15.890)	(23.460)
Baixa	(3.103)	(193)
Adição novos contratos	10.443	15.996
Saldos finais	17.862	26.412
Circulante	12.572	11.660
Não circulante	5.290	14.570

22. Salários e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Férias a pagar	13.683	16.908
Salários a pagar	9.615	6.801
Encargos Sociais a pagar	11.298	5.414
Outros saldos a pagar	464	2.397
Total	35.060	31.520

23. Impostos e contribuições a recolher

Apresentamos a seguir, a composição do saldo de impostos e contribuições:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recolher	2.023	1.843
Funrural (a)	71.609	66.336
Parcelamento ICMS	105	-
Crédito Outorgado ADIT1364/2022 (b)	33.825	-
Parcelamento de IRPJ/CSLL	-	130
IRPJ e CSLL a recolher	1.580	
Parcelamento PGFN (c)	126.324	135.612
Outros tributos e taxas	1.869	1.777
	237.335	205.698
Circulante	102.666	79.374
Não circulante	134.669	126.324

- (a) **Contribuição Previdenciária - Funrural:** O valor demonstrado corresponde ao saldo referente ao processo 10123087520174013400 em tramite na 1ª vara do Distrito Federal. Em contrapartida, a Administração reconhece no ativo não circulante o montante de R\$ 71.350 de depósitos judiciais vinculados ao processo do Funrural.

Depósitos judiciais - Funrural

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais		
Causas previdenciárias Funrural (i)	69.918	65.026
Outros	1.432	648
	71.350	65.674

- (i) O valor é referente a depósitos judiciais referente a discussão do processo citado acima totalizando o montante de R\$ 69.918 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 65.026).

(b) Crédito Outorgado ADIT1364/2022

Conforme cláusula terceira do Aditivo do Termo de Acordo 1.364/2022, como forma de incentivo a ampliação e manutenção empreendimento, o Estado do Mato Grosso Sul concedeu a Sociedade até 31 de dezembro de 2022, o benefício fiscal de crédito outorgado correspondente a 50% do montante total dos investimentos previstos e efetivamente realizados no período de ampliação, totalizando R\$ 33.825.

(c) Parcelamento PGFN

- I. Em face de Responsabilidade sucessória pleiteada judicialmente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, decorrente das atividades operacionais de empresas que outrora se ativaram nos mesmos estabelecimentos, a Sociedade, na condição de devedora solidária, para não ter as suas atividades operacionais prejudicadas com a indisponibilidade de movimentação financeira, firmou com a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), uma Transação Tributária Individual com fundamento no artigo 171, da Lei nº.5172/1966 (CTN), na lei nº 13.988/2020, no artigo 10-C, da Lei nº 10.522/2002, e no artigo 50, § 3º da Portaria PGFN nº 6.757/2022, ficando responsável pelo débito tributário e previdenciário das empresas:

- Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda., CNPJ Nº.02.982.267/0001-57;
 - Frigorífico Pirapó Ltda., CNPJ 00.481.273/0001-03;
 - Frigorífico Supremo Ltda., CNPJ nº 04.197.246/0001-56;
 - Frigonova Ltda., CNPJ Nº 05.220.944/0001-98.
- II. Após consolidados os débitos oriundos da Responsabilidade Sucessória, mediante redução legal, decorrentes das atividades das empresas retro elencadas, apurou-se os seguintes valores:
- Débito Previdenciário R\$ 63.714
 - Débito Tributário R\$ 86.343
- III. O pagamento dos débitos assumidos foi determinado da seguinte forma:
- i. Os débitos previdenciários serão pagos em 60 (sessenta parcelas) mensais e consecutivas, com início em 29 de dezembro de 2022 e término em 30 de novembro de 2027;
 - ii. Os débitos tributários serão pagos em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e consecutivas, com início em 29 de dezembro de 2022 e término em 28 de dezembro de 2034;
 - iii. O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.
- IV. Diante da assunção dos créditos tributários em face da Responsabilidade Sucessória, a Empresa ora auditada teve impacto direto e modificativo em sua composição patrimonial pelo reconhecimento do passivo fiscal e a absorção das despesas correspondentes em sua escrituração contábil.
- V. O crédito tributário e previdenciário transacionado consta registrados nas seguintes contas contábeis:
- Passivo circulante**
- 2.1.09.001.000003 Parcelamento PGFN 2022 - PREV;
 - 2.1.09.001.000004 Parcelamento PGFN 2022 - N. PREV.
- Passivo não circulante**
- 2.2.03.001.000004 Parcelamento PGFN prev;
 - 2.2.03.001.000005 Parcelamento PGFN demais LP.
- VI. As despesas relacionadas foram escrituradas nas contas contábeis:
- 3.3.05.001.000029 Parcelamento previdenciário;
 - 3.3.05.001.000030 Parcelamento não previdenciário.

Destaca-se que a entidade quando do registro contábil dessas despesas, para efeito de apuração do seu Imposto Sobre a Renda - IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL, observou o disposto no art.341 do Decreto nº 9.580/2019 (RIR), fazendo jus a dedutibilidade nos termos da norma fiscal.

24. Provisão para riscos processuais

A Sociedade classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Sociedade, com base na análise de seus assessores jurídicos, a Sociedade não possui processos classificados como perdas prováveis.

Processos possíveis

Existem demandas judiciais, no montante de R\$ 3.817 (R\$ 2.002 em 2023), classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível e, portanto, não reconhecidas nas demonstrações contábeis.

25. Patrimônio líquido

i. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 8.550, representado por 8.550.000 ações (em 31 de dezembro de 2023, o valor do capital social integralizado era de R\$ 8.550 e 8.550.000 ações).

ii. Reserva Legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A Sociedade deixou de constituir a reserva legal após atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e foi constituída com o objetivo de capitalização da Sociedade para futuras destinações e será aprovado em assembleia.

iii. Reserva de Lucros

A Sociedade possui saldos não realizados no exercício, que originou a constituição dessa reserva a qual serão pagos assim que tais saldos forem realizados.

iv. Dividendos obrigatórios

Nos termos dos artigos 31 do Estatuto Social da Sociedade, ao fim de cada exercício social e, a partir do lucro líquido apurado e, após a constituição da reserva legal de 5%, até que atinja 20% de seu capital social, a Sociedade distribuirá dividendos aos seus acionistas do saldo restante o mínimo de 25%, podendo ainda ficar em reserva para futura incorporação ao capital social, ou outra destinação.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, considerando que o resultado do exercício da Sociedade está vinculado aos efeitos da equivalência patrimonial e ainda não foi realizado, a Sociedade não provisionou os dividendos obrigatórios.

26. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	1.469.574	1.365.709
Mercado externo	2.500.319	1.970.273
Receita bruta fiscal	3.969.893	3.335.982
(-) Imposto sobre vendas	(109.463)	(177.920)
(-) Devoluções e abatimentos	(39.449)	(26.573)
Receita líquida	3.820.981	3.131.489

O crescimento da receita, especialmente no mercado externo, demonstra uma estratégia comercial eficiente, enquanto a redução nos impostos sugere otimização tributária. Adicionalmente os valores foram impulsionados pela expansão de vendas, melhoria na demanda internacional, ajustes de preços e câmbio favorável

27. Custos e despesas

Apresentamos a seguir a abertura das despesas por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos estoques	-	-	(3.256.848)	(2.574.089)
Depreciação e amortização	-	-	(18.271)	(36.506)
Salários e benefícios a empregados	-	-	(123.973)	(207.406)
Serviços com terceiros	(7)	-	(39.212)	(86.014)
Energia Elétrica	-	-	(14.886)	(40.243)
Manutenção	-	-	(50.126)	(56.133)
Alimentação	-	-	(9.652)	(4.548)
Despesas Rapel	-	-	(27.335)	(18.289)
Combustíveis	-	-	(4.442)	(5.384)
Outras despesas	(2)	(17)	(25.201)	(4.240)
Tributos	(2)	-	(7.200)	(17.593)
Comissões	-	-	(20.957)	-
Licença de software	(4)	-	(1.551)	-
Frete	-	-	(57.372)	(39.601)
Ociosidade	-	-	-	(25.403)
Despesas com Exportação	-	-	(150.283)	(151.200)
Total	(15)	(17)	(3.807.309)	(3.266.649)
Custos dos produtos vendidos	-	-	(3.312.736)	(2.908.868)
Despesas gerais e administrativas	(15)	(17)	(254.367)	(111.372)
Despesas com vendas	-	-	(240.206)	(246.409)

As variações identificadas entre os exercícios de 2023 e 2024 decorrem, em sua maior parte, do impacto direto da elevação no preço da arroba do boi gordo, insumo principal da operação. Conforme dados do CEPEA, a média anual da arroba passou de R\$ 252,30 em 2023 para R\$ 317,40 em 2024, representando um acréscimo absoluto de R\$ 65,10, ou 25,8% de aumento. Essa valorização impactou substancialmente o custo dos produtos vendidos (CPV), especialmente no segundo semestre de 2024, reflexo da menor oferta de animais para abate e do aumento da demanda por carne bovina, tanto no mercado interno quanto nas exportações.

28. Outras receitas

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Incentivos Fiscais (i)	67.130	133.950
Outras receitas	5.329	1.172
Receita bruta fiscal	72.459	135.122

(i) **Incentivos Fiscais:** Refere-se à subvenção para investimento, oriunda dos benefícios fiscais do ICMS concedidos pelo estado para a implantação e expansão da Sociedade e suas controladas.

29. Resultado Financeiro

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.209	6.521
Rendimento de aplicações na BM&F	-	6.874
Descontos obtidos	3.416	1.509
Juros recebidos	1.453	1.589
Ganho em operações com derivativos	14.224	3.644
Variação cambial ativa (i)	<u>122.044</u>	<u>108.321</u>
Subtotal	142.346	128.458
	-	-
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos	(7.025)	(1.140)
Descontos concedidos	(4.597)	(6.714)
Perda em operações com derivativos	-	(4.896)
Perda de variação cambial (i)	(159.758)	(68.892)
Perda mercado renda variável	-	(3.409)
Outras despesas financeiras	<u>(9.958)</u>	<u>(11.904)</u>
Subtotal	(181.338)	(96.955)
Resultado financeiro líquido	<u>(38.992)</u>	<u>31.503</u>

(i) Variação Cambial Ativa e Passiva: No ano de 2024, a diminuição nos preços do mercado chinês, influenciada pela desvalorização da moeda local em relação ao dólar, teve repercussões diretas na redução da receita oriunda do mercado externo, nos saldos das duplicatas a receber mercado externo e na variação cambial ao se comparar com o exercício de 2023.

A Sociedade e suas controladas tem adotado medidas eficazes na gestão das operações de derivativos em parceria com instituições financeiras, visando os impactos adversos da variação cambial em seus resultados.

30. Instrumentos financeiros

Risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e equivalentes de caixa	19	21	63.783	41.584
Aplicações financeiras	-	-	4.442	14.813
Contas a receber	-	-	293.443	272.042
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.538	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	36.938	30.305
Outros créditos	-	-	<u>23.452</u>	<u>6.582</u>
	19	21	433.596	365.326

Risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Não é esperado que fluxos de caixa provenientes de vencimentos dos passivos financeiros tenham variações significativas dos expressos abaixo:

	Consolidado	
	Valor contábil	Menos de 1 ano
Passivos financeiros em 2024		
Empréstimos e financiamentos	186.217	163.300
Fornecedores	92.603	92.603
Arrendamento a pagar	17.862	12.572
Outras contas a pagar	35.850	26.202

	Consolidado	
	Valor contábil	Menos de 1 ano
Passivos financeiros em 2023		
Empréstimos e financiamentos	32.585	3.656
Fornecedores	102.761	102.761
Arrendamento a pagar	26.142	12.288
Outras contas a pagar	7.966	2.008

Risco de taxa de juros

A diretoria entende que o risco de exposição à taxa de juros da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 e 2023, abaixo demonstrados, estão de acordo com a política de gestão de risco financeiro. Os juros dos empréstimos registrados no passivo da Sociedade são todos pré-fixados, não apresentando risco de variação. O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis era:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Instrumento com taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Remunerados por CDI	18.241	27.922
Exposição líquida de ativos	18.241	27.922

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Sociedade apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de dezembro de 2024.

Esta análise considera as expectativas da Administração em relação ao cenário macroeconômico, interno e externo.

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado aos quais a Sociedade está exposta em 31 de dezembro de 2024, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2024 acrescidos de deterioração de 10%, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de possível e remoto, respectivamente.

Os instrumentos financeiros da Sociedade relacionados a riscos relevantes são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Sociedade estão ligados à variação do CDI e Dólar para empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras o CDI.

Análise de sensibilidade da variação de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Sociedade vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Sociedade indexados pela taxa CDI, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

O endividamento está atrelado a taxa de juros pré-fixadas.

Quanto às aplicações da Sociedade, o principal indexador é o CDI para operações no mercado interno e cupom fixo (“USD”) para operações no mercado externo. Visto que ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

O quadro a seguir resume as alterações nas taxas de juros e os impactos para a Sociedade:

Risco de Juros pré- fixado			
Taxa	Exposição	Variação	Impacto
CDI	Aplicações	+	-
CDI	Aplicações	-	+
CDI	Obrigações	+	+
CDI	Obrigações	-	-
Risco de Juros pós - fixado			
Taxa	Exposição	Variação	Impacto
CDI	Aplicações	+	+
CDI	Aplicações	-	-
CDI	Obrigações	-	-
CDI	Obrigações	-	+

Risco de variação cambial

A seguir, apresentamos as principais exposições ao risco de variação cambial:

	USD (Equivalente)		R\$	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Operacional				
Caixa e equivalentes de caixa	1.023	2.723	6.336	13.180
Contas a receber de clientes	<u>27.610</u>	<u>32.958</u>	<u>170.951</u>	<u>159.542</u>
Subtotal Operacional	28.633	35.681	177.287	172.722
Financeiro				
Adiantamento de clientes	(8.474)	(12.784)	(52.469)	(61.889)
Empréstimos e financiamentos	<u>(29.302)</u>	<u>(4.478)</u>	<u>(181.428)</u>	<u>(21.678)</u>
Subtotal Financeiro	(37.776)	(17.261)	(233.897)	(83.567)
Derivativos				
Non Deliverable Forwards (NDF's)				
Venda		-		-
Trava de Câmbio	<u>(24.000)</u>	<u>(21.000)</u>	<u>(137.002)</u>	<u>(104.430)</u>
Subtotal Derivativos	(24.000)	(21.000)	(137.002)	(104.430)
Total da exposição	<u>(33.143)</u>	<u>(2.580)</u>	<u>(193.612)</u>	<u>(15.275)</u>

Os valores de derivativos foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, conforme deliberação CVM 763/16. O Reconhecimento desses ativos e passivos quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivo financeiro quando o valor for negativo. Os ganhos e perdas resultantes de mudança no valor justo de derivativos durante o exercício serão contabilizados na demonstração de resultado.

A Sociedade possui operações de Non Deliverable Forwads (NDF) e Trava de Câmbio para proteção da variação do dólar.

As operações de derivativos estão detalhadas no quadro abaixo:

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	USD	R\$	Resultado R\$
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	07/01/2025	(1.000)	(5.598)	594
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	07/01/2025	(1.000)	(5.598)	593
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	08/01/2025	(1.000)	(5.583)	607
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	09/01/2025	(1.000)	(5.611)	579
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	09/01/2025	(1.000)	(5.611)	579
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	09/01/2025	(1.000)	(5.611)	579
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	09/01/2025	(1.000)	(5.611)	579
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	13/01/2025	(1.000)	(5.596)	593
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	13/01/2025	(1.000)	(5.654)	536
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	14/01/2025	(1.000)	(5.669)	520
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	14/01/2025	(1.000)	(5.669)	520
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	14/01/2025	(1.000)	(5.669)	520
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	16/01/2025	(1.000)	(5.693)	496
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	27/01/2025	(1.000)	(5.762)	426
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	27/01/2025	(1.000)	(5.762)	426
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	27/01/2025	(1.000)	(5.762)	426
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	27/01/2025	(1.000)	(5.762)	426
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	28/01/2025	(1.000)	(5.767)	421
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	28/01/2025	(1.000)	(5.767)	421
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	28/01/2025	(1.000)	(5.767)	421
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	30/01/2025	(1.000)	(5.870)	319
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	30/01/2025	(1.000)	(5.870)	319
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	30/01/2025	(1.000)	(5.870)	319
Trava de câmbio	Banco Safra SA	Venda	30/01/2025	(1.000)	(5.870)	319
Subtotal				(24.000)	(137.002)	11.538
Total				(24.000)	(137.002)	11.538

Análise de sensibilidade ao câmbio

Com objetivo de verificar a sensibilidade líquida entre ativos e passivos sujeitos a variação do Dólar, a Sociedade adotou três cenários para a análise, sendo um provável, com aumento de 10%, e os cenários possível e remoto, ambos com deterioração de 25% e 50% para a volatilidade dos câmbios, utilizando como referência a cotação de fechamento de 31 de dezembro de 2024.

Exposição em 31 de dezembro de 2024:

Risco de câmbio	Cenários		
	Provável 10%	Possível -25%	Remoto -50%
	(6,8108 BRL)	(4,6443 BRL)	(3,0958 BRL)
Operacional	17.729	(44.322)	(88.644)
Financeira	(95.156)	9.543	84.328
Derivativos	26.459	(25.551)	(62.702)
Exposição líquida	(50.968)	(60.330)	(67.017)

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Sociedade considera a concentração e relevância dos riscos obtidos a partir de seu programa de gerenciamento de riscos.

Desta forma, as coberturas contratadas no mercado são compatíveis com seu porte e a natureza de sua atividade, em montantes entendidos como suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando ainda a orientação de seus consultores de seguros.

A Sociedade e suas controladas possuem cobertura de seguro de imóveis na data de 31 de dezembro de 2024, com apólice pelas Seguradoras Cidade Joia, Triplíce Insurance, no montante total de R\$ 472.796, conforme tabela abaixo:

LR	Endereço	Situação	Total R\$
1	Frigorífico de Bovinos - Pirapozinho/SP	Ativo	220.919
2	Frigorífico de Bovinos - Barra do Bugres/MT	Ativo	251.877
Total			472.796

32. Eventos subsequentes

A Sociedade e suas controladas não identificaram eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua devida divulgação.